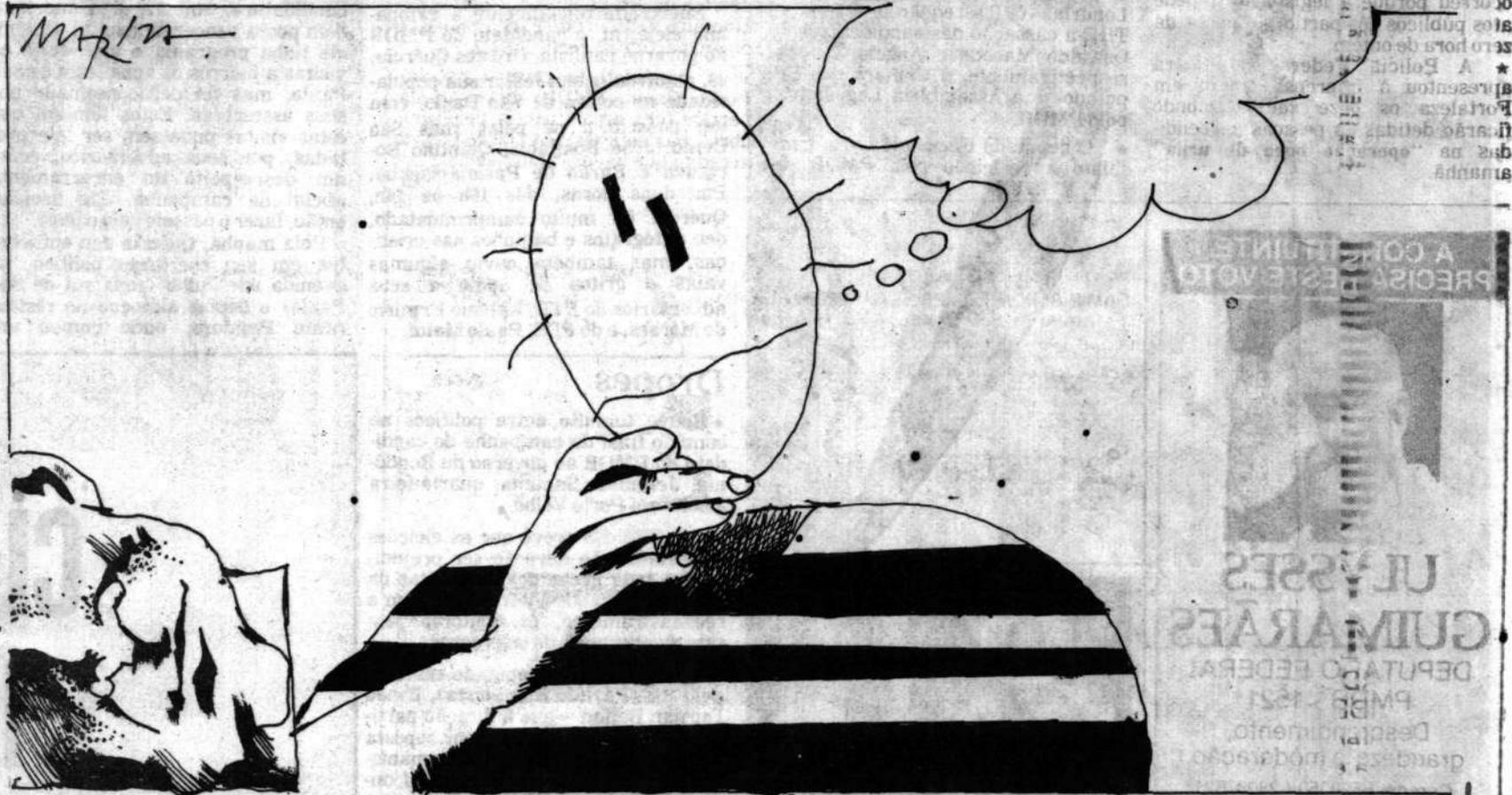


Tendências/Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo



Um outro Estado, um outro povo

JOÃO ALMINO

Se é verdade que as liberdades existem hoje no Brasil e as vontades podem encontrar canais institucionais; se é possível acreditar que o povo tem vontade e soberania, seria, então, de sua própria responsabilidade se ele se autocriasse como povo ignorante e manipulável, que se vende pelo dinheiro e se encanta pelas palavras vazias; se ele não tivesse alternativa para os sistemas representativos comprados pelo dinheiro, que dominaram sua vida política no passado, e as vanguardas esclarecidas que se apresentam como salvadoras, ambos divorciados da sociedade; se, emaranhado na ideologia do desenvolvimento, suspendesse uma vez mais o presente em nome do futuro; se aceitasse que até a Constituição deveria curvar-se ante o interesse imediato de atrair capitais estrangeiros; se permitisse que fossem reeditados o autoritarismo, o populismo ou a representação oligárquica.

O fato de a maioria dos brasileiros não saber o que é uma Constituinte apenas indicaria que o povo não está de fato preocupado com a questão de sua organização política? Ou então descre totalmente que mudanças se façam pela lei? Ou será que o processo já está frustrado porque se tem Congresso constituinte e não Constituinte exclusiva?

A soberania do povo e da Assembléia dependem menos da forma de convocação do que da participação popular, da mentalidade que prevalecer no cenário político, do comportamento dos representantes que têm que responder à vontade popular, e isso não apenas antes, mas também depois das eleições.

Ou será que o povo não existe porque não consegue se organizar nem tem instrumentos para fazer valer suas vontades? Será que faltou democratização dentro dos

partidos para permitir o surgimento de candidaturas mais próximas ao eleitorado?

É claro que muito pode ser feito ainda para facilitar as iniciativas populares, e esta é uma questão importante para os constituintes que vamos eleger. A representação política não deveria justificar que se retirasse da sociedade (do povo, portanto) a possibilidade de influir diretamente no comando da política. Talvez fosse extremo e pouco utilizado um instrumento constitucional posto nas mãos da sociedade para possibilitar iniciativas de lei ou para convocar plebiscitos, até mesmo sobre a mudança do regime ou a destituição de um chefe de Estado.

Mas não seria mais extremo que o que põe nas mãos dos governantes a possibilidade de decretar o estado de sítio, sendo mais legítimo que este último. O povo existirá mais próximo de sua expressão empírica quanto mais haja organização autônoma dentro da sociedade, quanto mais haja, portanto, liberdade de associação, de expressão e de iniciativa.

Mas, se acreditamos na vontade e soberania populares, também essa possibilidade de organização e de adoção de novos instrumentos de participação dependeriam da vontade do povo, de seu empenho, de sua luta. E é da capacidade de organização e expressão do próprio povo, é da possibilidade de que se estabeleça uma discussão política nacional, mais do que dos méritos próprios de nossos constituintes, que dependerá a elaboração de uma Constituição que dure, por ser expressão de um povo livre e soberano.

Conheceremos melhor os representantes eleitos, já no Congresso. Seus próprios posicionamentos políticos lá ficarão mais definidos, pois seria pouco provável que

detivéssemos de antemão, durante a campanha que ora termina, o completo controle sobre o esboço do debate futuro, sobre todas as questões que poderão surgir na Constituinte.

A vinculação dos partidos a suas bases, a expressão das associações civis e dos movimentos sociais, poderão ganhar relevo ainda maior durante a Constituinte. Desta forma, sem recorrermos à democracia plebiscitária nem a um populismo constitucional, evitaríamos também a criação de uma nova oligarquia política.

Não, o povo não é culpado de coisa alguma, simplesmente porque ninguém detém o comando da história, não sendo esta tampouco governada por um só destino. Não apenas a mudança de uma ordem social injusta, com bandeiras empunhadas pelos representantes, leva ao bom desempenho da democracia, mas a democracia necessariamente implica a liberação de oposições, a partir do próprio povo, a essa ordem.

O povo não é uno, mas a imagem que dele se cria é importante para a democracia. E esta imagem é produto dele próprio. O povo é também e sobretudo sua própria invenção fragmentária, molecular.

Se todos percebem que a campanha foi feita de palavras baixas, bom sinal: desta vez não são as elites que temem a ignorância popular. É o povo que desconfia de muitos candidatos e sente sua inteligência agredida pelo baixo nível da campanha. Há sobretudo uma saudável mudança de percepção, de mentalidade, pois, embora haja péssimos candidatos, estes não são piores que os do passado.

O povo julgou, com sua votação, o Cruzado? Outro bom sinal. Houve racionalidade na votação, ao julgar-se uma política de governo.

O PMDB não tem um programa com linha clara, está permeado por

diferentes correntes políticas? Atenua-se, assim, o risco de ausência de debates, pelo peso esmagador de um partido monopolítico.

O que cabe, num momento em que uma sociedade se propõe a repensar sua constituição, não é mudar necessariamente, mas é ter, em liberdade, a possibilidade de mudar. A mudança não é unidirecional, não é uniforme. É plural. Não tem por que se afirmar no singular. Se não temos por que nos prender à realidade como se esta fosse apenas tradição, tampouco devemos obediência irrestrita à tirania do novo.

Sobretudo não me seduz a novidade se ela significar a possibilidade de de assalto ao Estado pelos poderes privados; se o vazio deixado pela tecnocracia autoritária ceder lugar a práticas supostamente políticas que têm que ver com a troca de favores, o apadrinhamento, as concessões aos caciques, o reforço das máquinas partidárias, a invenção de um "coronelismo" moderno que utiliza os últimos recursos da tecnologia; se a noção de liberdade apenas servir para produzir a tirania do poder privado dos proprietários; se a da igualdade não puder ser mais que a base da tirania de uma burocracia.

Há algo que, sim, se não me equivoco, após ouvir os discursos de todos os partidos, dos mais diferentes grupos sociais, estamos todos certos de derrotar formal e simbolicamente nas urnas: o arbítrio e o medo dos tempos de terror e ditadura.

Somos um povo que nos permitimos repensar as leis. Mas que são as leis, senão palavras? As palavras, essas cadelas negras. Parodiando Cortazar: a liberdade, a igualdade... essas palavras.